

Nota informativa



Brasil tem criação líquida de empregos formais em 2020 e recuperação do emprego no setor informal

quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021

RESUMO

- Em resposta à pandemia, o Governo Federal, em parceria com o Congresso Nacional, implementou medidas econômicas para preservar empregos no setor formal e garantir a proteção social aos trabalhadores informais.
- Essas medidas evitaram a destruição de mais de 11 milhões de empregos formais.
- Os resultados divulgados da PNAD contínua indicam recuperação do emprego formal e retomada dos trabalhadores informais.
- No ano da maior crise sanitária na história do Brasil, houve criação líquida de 142 mil empregos com carteira assinada no nosso país, segundo o CAGED.
- Conforme os dados da PNAD contínua, nos meses de setembro a novembro, a População Ocupada cresceu 3,9 milhões de pessoas em relação ao trimestre encerrado em agosto: temos 2,5 milhões de trabalhadores a mais no setor informal da economia e 1,4 milhão a mais no setor formal.
- Esses dados mostram que a retomada econômica no Brasil está acontecendo de forma sustentável, gerando emprego e renda para famílias brasileiras. A continuidade da agenda de reformas e a consolidação fiscal são essenciais para que novos empregos continuem sendo gerados na economia e a população tenha aumento de renda.

1. Introdução

O desemprego é um dos piores aspectos de qualquer crise econômica; em especial, de uma pandemia como a do coronavírus. Pelo mundo afora, a crise sanitária de 2020 teve efeitos devastadores sobre os empregos: provocou demissões em massa e tirou o sustento de milhões de famílias.

Diante desse quadro, desde o início da pandemia, uma das prioridades do Governo Federal tem sido a preservação dos empregos e da renda das famílias brasileiras. O governo tem se empenhado em gerar condições que minimizem a perda de empregos no mercado de trabalho em razão da pandemia. Assim, visando à preservação de empregos formais, o Governo Federal, em parceria com o Congresso Nacional, criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que teve como medidas o pagamento do Benefício Emergencial de



Preservação do Emprego e da Renda, a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho¹. Segundo os dados do Ministério da Economia, este programa preservou mais de 11 milhões de empregos dos trabalhadores no setor formal por meio da negociação de mais de 20 milhões de contratos de trabalho e ajudou mais de 1,5 milhão de empresas a sobreviver à crise.

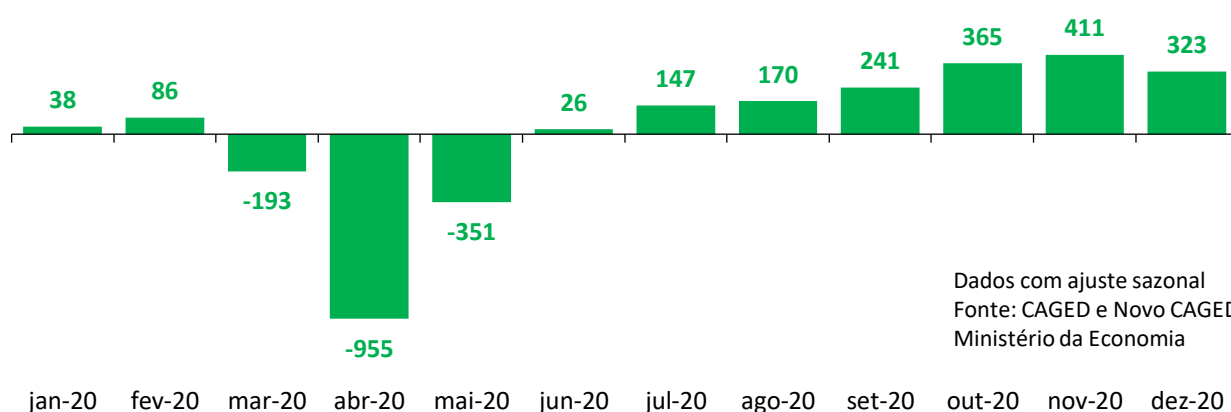
Um dos principais papéis do Governo no sistema econômico consiste em assegurar condições para o bom funcionamento dos mercados; em particular, do mercado de trabalho. No momento de um forte choque exógeno ao qual a economia brasileira foi submetida em 2020, o Governo brasileiro cumpriu este papel, preservando empregos e a renda dos brasileiros, além de criar condições para que a retomada econômica continuasse acontecendo de forma sustentável via mercado.

O objetivo desta nota é apresentar dados que corroboram esta afirmação e mostram que o mercado de trabalho brasileiro está se recuperando, o que reflete a continuidade da retomada da atividade econômica e da geração de emprego e renda no País. São dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), discutidos na Seção 2 desta Nota, e dados da PNAD Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados na Seção 3 a seguir.

2. CAGED: no ano da maior crise sanitária da história do País, o Brasil tem criação líquida de 142 mil empregos com carteira assinada

Os dados do CAGED divulgados pelo Ministério da Economia mostram a tendência da retomada econômica em curso: o Brasil terminou o ano de 2020 sem perder empregos no setor formal; pelo contrário, foram criados 142.690 novos empregos com carteira assinada.

Figura 1 – Saldo Mensal de Empregos Formais (milhares e com ajuste sazonal)

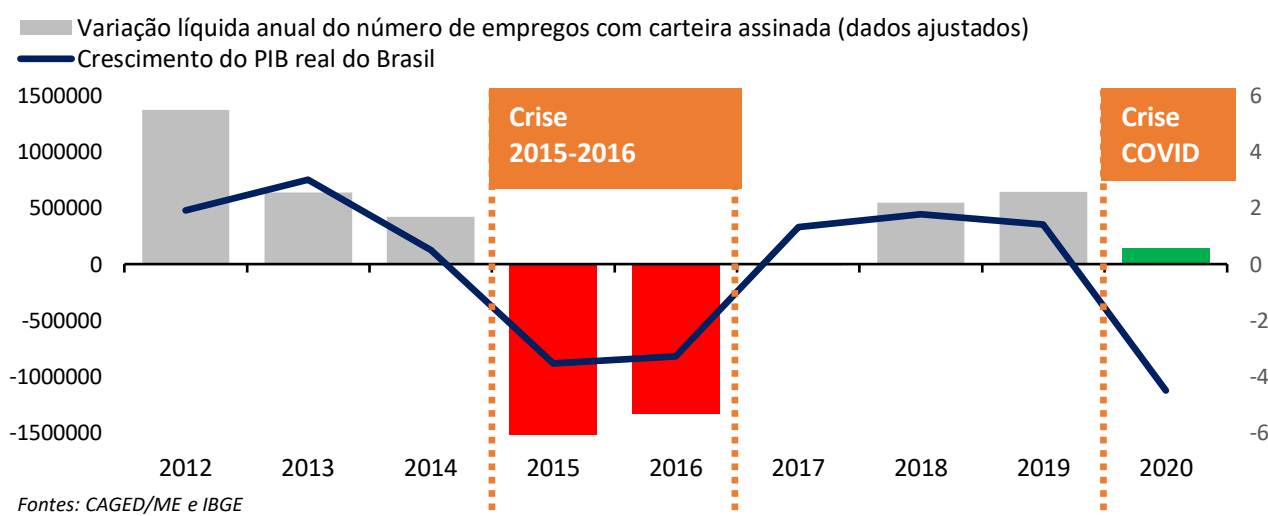


¹ Programa instituído pela Medida Provisória Nº 936, de 1º de abril de 2020, e convertido em Lei Nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

A Figura 1 mostra o saldo de empregos formais em cada mês do ano de 2020, evidenciando a recuperação em V do mercado de trabalho brasileiro. Note-se que as medidas econômicas do Governo para preservação de emprego e renda começaram a surtir efeito já a partir de maio de 2020, revertendo a tendência de aumento da destruição líquida de empregos formais. A partir de julho de 2020, o número de admissões no mercado de trabalho formal no Brasil passou a superar o número de desligamentos. Apesar da mais grave crise sanitária da história do nosso país, em julho de 2020 foram criados 137.691 novos empregos; em agosto, 243.336 novos empregos; em setembro, 317.378 novos empregos; em outubro, 390.727 novos empregos foram gerados, e em novembro 397.321 novos empregos foram criados. De julho a novembro de 2020, o Brasil não só gerou novos empregos, como o fez em ritmo crescente. Em dezembro de 2020, o saldo mensal de empregos formais ficou negativo (-67.906 empregos), porém, cabe notar que, historicamente, no mês de dezembro, têm ocorrido mais demissões do que contratações no Brasil.

A eficácia da atuação do Governo Federal visando à preservação do emprego e da renda da população em meio à crise econômica de 2020 causada pela pandemia se revela pela comparação com uma outra grave crise econômica – a de 2015-2016. A Figura 2 ilustra este ponto. Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 3,5%, e foram destruídos, no saldo daquele ano, mais de 1,5 milhão de empregos formais. Em 2016, o PIB caiu 3,3%, e houve, novamente, destruição líquida de empregos no montante de 1,3 milhão. O tombo do PIB era acompanhado pela aniquilação maciça de empregos. Em 2020, graças às medidas econômicas tomadas pelo Governo Federal, em parceria com o Congresso Nacional, em relação ao mercado de trabalho, isso não aconteceu. Apesar da queda projetada do PIB de 4,5% em 2020 – queda maior do que em 2015 e 2016 –, houve criação líquida de 142.690 empregos formais no ano.

Figura 2 – Saldos anuais de empregos formais vs. Crescimento do PIB



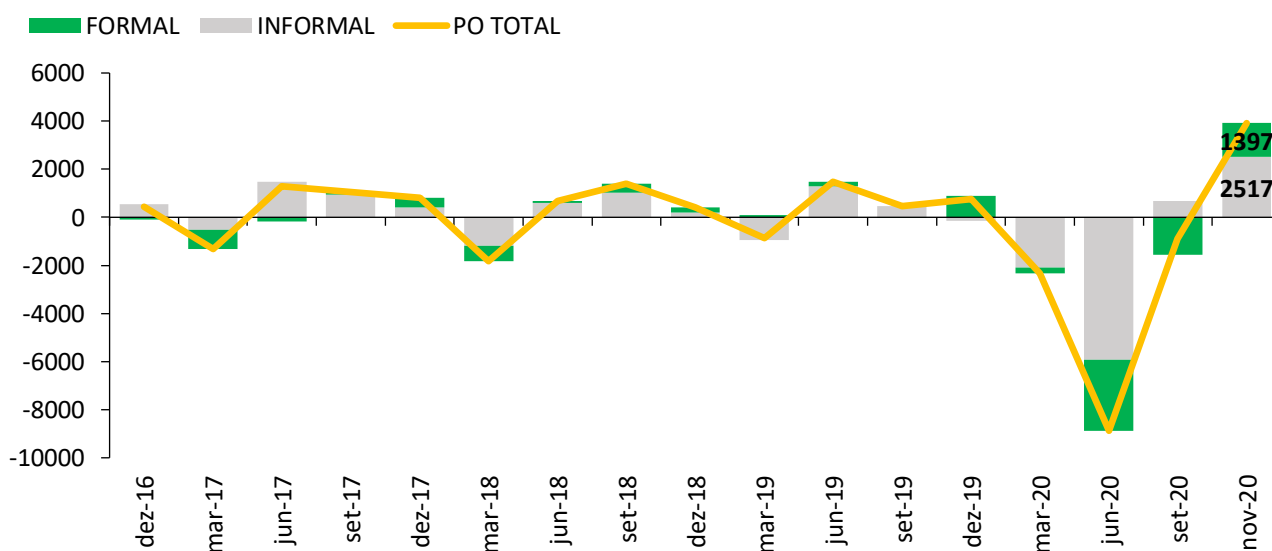
3. PNAD Contínua: População Ocupada cresce puxada pelo aumento de empregos no setor informal

Os dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE mostram que a População Ocupada cresceu 4,8% (3,9 milhões de pessoas a mais) no trimestre encerrado em novembro de 2020 em relação ao trimestre anterior, encerrado em agosto de 2020. Esse aumento do emprego foi puxado pelo setor informal da economia: ele teve ingresso de 2,5 milhões de trabalhadores, enquanto o setor formal absorveu 1,4 milhão de pessoas.

Conforme demonstrado em Nota Informativa “Considerações sobre a política econômica: objetivos e desafios para 2021”², a maior parcela do desemprego em 2020 veio do setor informal, ao contrário das crises econômicas anteriores, quando a maior parte do desemprego provinha do setor formal. Este fato significa que, à medida que a atividade econômica volta ao nível pré-pandemia, acontece o aumento do emprego, uma vez que o setor informal é mais flexível do que o formal e absorve mais rapidamente a mão de obra.

Como se observa na Figura 3, os dados da PNAD Contínua mostram que isto está acontecendo. A retomada econômica está ocorrendo e o emprego está aumentando, liderado pelo setor informal. A partir do trimestre encerrado em outubro, a variação na margem (trimestre contra trimestre anterior) da população ocupada é positiva. Nos meses de setembro a novembro, a população ocupada continuou crescendo e adicionou quase 4 milhões de empregos comparado ao trimestre anterior.

Figura 3 – Variação trimestral da População Ocupada: Setor Formal e Setor Informal (milhãrese de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua - IBGE.

² [Nota Informativa - Considerações sobre a política econômica: objetivos e desafios para 2021 — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)



É relevante destacar, também, que, dos 10 grupamentos de atividade econômica pesquisados pelo IBGE, 9 tiveram aumento da população ocupada frente ao trimestre anterior. Isto indica que a recuperação do emprego em curso não está concentrada em alguns poucos setores da economia, mas apresenta uma difusão abrangente.

4. Conclusão

Os dados sobre o mercado de trabalho, divulgados recentemente pelo Ministério da Economia e pelo IBGE, indicam o sucesso do governo em limitar a deterioração da pandemia no emprego. O Brasil fechou o ano de 2020 com saldo de 142 mil novos empregos no setor formal, e o setor informal está se recuperando e registrando aumento do emprego.

Essas medidas emergenciais são, como o próprio nome diz, temporárias e servem para um propósito específico de atenuar os efeitos da crise no seu momento mais grave. Os dados estão mostrando que, à medida que a economia está se recuperando, o mercado de trabalho está voltando a ter aumento de emprego e ganha dinamismo para continuar se autoajustando via leis de mercado. Neste momento, o foco se volta às **medidas estruturais, que irão determinar a trajetória de crescimento e geração de emprego no longo prazo na economia brasileira. As medidas estruturais são as reformas econômicas e a consolidação fiscal.**

Conclui-se também que a geração de emprego e de renda no longo prazo não pode ser sustentada pelas medidas emergenciais, pois depende de fatores estruturais do mercado, como produtividade da mão de obra, ambiente de negócios e segurança jurídica. Por isso, para que haja aumento de emprego e renda para as famílias brasileiras no futuro, são necessárias reformas que criem marcos legais que estabeleçam segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável no Brasil para quem quer investir e empreender. Para aumento da produtividade na economia, são necessárias as privatizações e concessões, a abertura comercial, a correção da má alocação de recursos, a reforma tributária, a desburocratização, entre outras reformas.